



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.  
TEL.: (038) 3233 1659.

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. SETOR REQUISITANTE (SECRETARIA/DEPARTAMENTO): Diretoria.

2. E-mail: previbrejo@gmail.com

### 3. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA E CREDENCIADA PELO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA PARA PREPARAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVA ONLINE COM OBJETIVO DE OBTER CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL RPPS AOS SERVIDORES E CONSELHEIROS NO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG

### 4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

- ( x ) Serviço não continuado;
- ( ) Serviço continuado;
- ( ) Material de Consumo;
- ( ) Material permanente/equipamento

### 5. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

- ( ) Modalidades da Lei n.º 14.133/2021: (especificar a modalidade: \_\_\_\_\_)
- (X) Dispensa/Inexigibilidade
- ( ) Adesão à IRP de outro Órgão
- ( ) Adesão à Ata de Registro de Preços de outro Órgão.

### 6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação de certificação profissional em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) possui as seguintes justificativas:

1. **Qualificação Profissional:** A certificação profissional em RPPS demonstra que o profissional possui conhecimento específico e habilidades necessárias para lidar com os desafios complexos envolvidos na gestão de regimes próprios de previdência social.
2. **Conformidade Legal:** Os regimes próprios de previdência social estão sujeitos a regulamentações e legislações específicas. A certificação pode garantir que a entidade responsável está em conformidade com essas leis e regulamentos.
3. **Gestão Eficiente dos Recursos:** Um profissional certificado em RPPS está melhor equipado para administrar os recursos do regime de forma eficiente,





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.  
TEL.: (038) 3233 1659.

otimizando investimentos, minimizando riscos e garantindo a segurança financeira dos beneficiários.

4. **Credibilidade Institucional:** A certificação profissional em RPPS pode aumentar a credibilidade da instituição perante os segurados, os órgãos reguladores e a sociedade em geral, demonstrando um compromisso com a excelência na gestão previdenciária.
5. **Redução de Erros e Riscos:** Profissionais certificados estão mais aptos a identificar e corrigir eventuais erros ou lacunas na gestão do RPPS, reduzindo assim os riscos operacionais e financeiros associados ao sistema previdenciário.
6. **Melhoria na Tomada de Decisão:** A formação adquirida através da certificação proporciona aos profissionais as ferramentas e o conhecimento necessários para tomar decisões informadas e estratégicas em relação à gestão do RPPS.

## 7. DESCRIÇÃO DO MATERIAL/EQUIPAMENTO/SERVIÇO/ UNIDADE/QUANTIDADE A SER CONTRATADO/ VALOR ESTIMADO UNITÁRIO

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor unit. médio
0001	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – CONSELHO DELIBERATIVO – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	10	465,00
0002	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – COMITE DE INVESTIMENTOS – NÍVEL INTERMEDIÁRIO	SERVIÇO	1	474,00
0003	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – COMITE DE INVESTIMENTOS – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	2	463,00
0004	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – CONSELHO FISCAL – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	2	465,00
0005	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – DIRIGENTES DO ORGÃO OU ENTIDADE GESTORA DO RPPS – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	1	485,00

8. DATA PREVISTA PARA UTILIZAÇÃO/EXECUÇÃO: maio de 2024 a dezembro de 2024.



# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.  
TEL.: (038) 3233 1659.

**09. VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO:** R\$7.465,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

## **10. INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

**I) SERVIDOR DESIGNADO PARA AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO:** Elvis Henrique Ruas Rodrigues

**II) INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:** Elvis Henrique Ruas Rodrigues

**III) INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:** Varcília Martins Rocha

**Autorizo a compra dos materiais/serviços acima solicitados:**

*Elvis Henrique R. Rodrigues*  
Diretor Executivo  
PREVIBREJO

15 de abril de 2024.

**DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIBREJO**  
**Elvis Henrique Ruas Rodrigues**





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1. A proposição deste Termo de Referência visa a contratação de Pessoa Jurídica para preparação e aplicação de prova online com objetivo de obter certificação profissional RPPS aos servidores e conselheiros para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG.

1.2. Os serviços ora especificados classificam-se como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

### 2. OBJETO:

2.1. “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA E CREDENCIADA PELO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA PARA PREPARAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVA ONLINE COM OBJETIVO DE OBTER CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL RPPS AOS SERVIDORES E CONSELHEIROS NO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG.

### 3. FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

### 4. JUSTIFICATIVA:

A execução do serviço em tela visa atender a exigência da obtenção da Certificação que está estabelecida na Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que realizou alterações na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com destaque para a inclusão do art. 8º-B, que estabeleceu requisitos mínimos a serem atendidos pelos dirigentes, responsável pela gestão dos recursos e membros dos conselhos e comitês dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, como condição para exercício dos respectivos cargos ou funções.

### 5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E OBJETOS:

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor unit. médio
0001	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – CONSELHO DELIBERATIVO – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	10	465,00
0002	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – COMITE DE INVESTIMENTOS – NÍVEL INTERMEDIÁRIO	SERVIÇO	1	474,00





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

0003	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – COMITE DE INVESTIMENTOS – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	2	463,00
0004	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – CONSELHO FISCAL – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	2	465,00
<b>005</b>	PROVA DE CERTIFICAÇÃO RPPS – DIRIGENTES DO ORGÃO OU ENTIDADE GESTORA DO RPPS – NÍVEL BÁSICO	SERVIÇO	1	485,00

5.1 para execução dos serviços descritos no item 1 deste Termo Referência, a CONTRATADA deverá realizar as seguintes atividades:

5.1.1. Os serviços serão solicitados mediante encaminhamento da Ordem de Fornecimento ao Contratado através de E-mail.

5.1.2. O serviço poderá ser prestado de forma parcelada, de acordo com as necessidades, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento/Serviço, emitido a PREVIBREJO, situado na Rua Capitão Enéas, 538, centro, CEP: 39580-000, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados.

5.1.3. O prazo para prestação dos serviços poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

5.1.4. Na ocorrência de atrasos na execução do objeto, a a PREVIBREJO poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital e na Lei 14.133/21 e suas alterações.

5.1.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

5.1.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.1.5.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação da a PREVIBREJO, no prazo máximo de 5 (cinco dias úteis), contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

5.1.5.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do Contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, em todo ou em parte, o objeto do mesmo, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.8. A contratada deverá distribuir os jornais físicos em todo o município de Francisco Sá/MG, incluindo zona urbana, distritos e zona rural.

## 6. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

6.1. Conforme exigência legal contida no art. 23 da Lei nº 14.133/21, a a PREVIBREJO realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 04 (quatro) empresas do ramo do objeto licitado para apuração do preço estimado para a despesa. Além disso, buscou-se preços contratados por outros órgãos da Administração Pública para o mesmo serviço através da plataforma eletrônica AMMLicita.

6.2. O critério de aceitação das propostas será o Menor Preço por Lote, levando-se ainda em consideração as especificações do objeto bem como a qualidade dos mesmos.





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

## 7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

### 7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 7.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 7.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 7.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 7.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 7.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### 7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 7.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor

### 7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

7.4.1. A empresa a ser contratada deverá estar devidamente credenciada como Entidade Certificadora de dirigentes, membros dos conselhos deliberativo e fiscal, do comitê de investimentos e do responsável pela gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, reconhecida pelo Ministério da Previdência Social

## 8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.1. A contratação será temporária e seguirá os trâmites legais e jurídicos do Instituto. O contrato administrativo terá vigência até 12 meses, a contar de sua assinatura, admitidas as prorrogações previstas na Lei Geral de Licitações.

## 9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. A fiscalização e conferência do objeto deste certame serão realizados por um servidor indicado pela a PREVIBREJO, observados os arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. Os serviços deverão ser prestado conforme solicitação da PREVIBREJO

9.3. Na ocorrência de atrasos na prestação dos serviços, a poderá aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência, no Contrato Administrativo e na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

9.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação da Administração, no prazo máximo de 5 dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## 10. DA FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será feito em até 3 dias úteis, mediante a comprovação e regular prestação do serviço e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

10.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10.4. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta dispensa, sem quaisquer ônus para Administração. Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta dispensa, serão realizados nas condições exigidas, por procedimento legal, mediante a entrega da respectiva nota fiscal acompanhada das





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

respectivas CND's Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS, que deverá estar devidamente liquidada, pelo Setor responsável.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

11.1 O Contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

### **11.2. Das obrigações da Contratada:**

11.2.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta dispensa de licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato e conforme Termo de Referência;

11.2.2. Prestar o serviço, conforme especificações do objeto;

11.2.3. Responder perante a PREVIBREJO, mesmo no caso de ausência ou omissão da assessoria, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

11.2.5. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade do serviço ofertado, garantindo seu perfeito desempenho.

11.2.6. Executar, às suas expensas, todo e qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução objeto da contratação, mesmo que o projeto básico apresente dúvidas ou omissões;

11.2.7. A Contratada não poderá deixar de fazer nenhum serviço contratado alegando falta de pessoal, equipamento ou ferramenta de trabalho;

11.2.8. Ficam a cargo da Contratada todos os pagamentos de salários, seguros, taxas, encargos sociais, inclusive, os previstos na legislação trabalhista, previdenciária, civil e fiscal. Também são da inteira responsabilidade da Contratada os impostos federais e estaduais, todas as peças de reposição, fretes, administração, lucro, transportes, alimentação e quaisquer outros decorrentes do Objeto do Contrato;

11.2.9. Dispor de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos;

11.2.10. Não divulgar o conteúdo dos serviços prestados sem a devida autorização da PREVIBREJO

### **11.3. Das Obrigações da Contratante:**

11.3.1. Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a prestação do serviço.

11.3.2. Efetuar, os pagamentos relativos ao objeto contratado, conforme determina este Contrato Administrativo e o Termo de Referência.

11.3.3. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) **Der causa à inexecução parcial do contrato;**
- b) **Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**
- c) **Der causa à inexecução total do contrato;**
- d) **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**
- e) **Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;**





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

- f) **Praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
- g) **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
- h) **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

12.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de análise das propostas.

12.1.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i) **Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);**
- ii) **Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);**
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).**
- iv) **Multa:**
  - (1) **Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**
  - (2) **Moratória de 10%% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta. Por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**
  - (a) **O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.**
  - (3) **Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total do objeto;**

12.1.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.1.4. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.1.5. as peculiaridades do caso concreto;

12.1.6. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.1.7. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.1.8. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.1.10. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.1.11. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.1.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotações específicas, constante do orçamento de 2024:





# INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

09.122.0002.2130.33.90.39.00 – Serviços terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 835

## 14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O resultado da presente da contratação será divulgado na Plataforma AMM Licita e o extrato contrato publicado no PNCP.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá/MG

*Elvis Henrique R. Rodrigues*  
Diretor Executivo  
PREVIBREJO